

REVISTA TRIMESTRAL #83

JUL|AGO|SET| 2010 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal



DOSSIER 4

Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas em Entrevista

PAC pós-2013

Ana Filipe Morais | GPP

PAC pós 2013 – Alterações para os Jovens Agricultores Europeus

O Futuro da PAC pós 2013

SER JOVEM AGRICULTOR 12

Na Pecuária e Olivicultura

AGROTECNOLOGIA 14

PAC no Horizonte 2020 – O Papel da Tecnologia e da Inovação

ANÁLISES QUÍMICAS SUCESSO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA 16

Análises do Solo - Parte 1 - pH e a sua correcção

AJAP NA EUROPA 18

Seminário do CEJA - "CAP pós-2013: Que Futuro para os Jovens Agricultores Europeus?"

ASSOCIATIVISMO 20

Ministro da Agricultura Presente nas Jornadas Técnicas da AJAP

BREVES 21

Formação de Aplicadores de Produtos Fitofarmacêuticos REAP - Regime de Exercício da Actividade Pecuária Prémio por Vaca em Aleitamento – Campanha 2011 - Alterações

LEGISLAÇÃO 22

PUBLICIDADE 23

GABINETES DE APOIO AO JOVEM AGRICULTOR 24



JOVENS AGRICULTORES E A PAC PÓS-2013

Firmino Cordeiro | Presidente da AJAP



Vários desafios são colocados aos países europeus na reestruturação e redefinição de um novo quadro legislativo que irá vigorar entre 2013-2020, em relação à PAC.

Por um lado a necessidade de produzir alimentos de qualidade, assegurar o bemestar animal, proteger a paisagem o ambiente e os recursos naturais e, acima de tudo, combater a desertificação de zonas cada vez mais abandonadas pela ausência do Homem em praticamente todos os países da UE.

Acrescem a estes desafios a grande problemática das alterações climáticas e o aumento da população no mundo, o que vem dificultar a equação, aumento de produção de bens alimentares com a estagnação do efeito das alterações climáticas, a preservação do ambiente e dos recursos naturais.

Tudo isto por mais difícil que possa parecer, e é, só se torna possível se os grandes líderes europeus e os restantes países, mas fundamentalmente estes, esquecerem alguns interesses pessoais em benefício de uma Europa mais homogénea, mais ecológica, mais auto-suficiente e mais exportadora em produtos agro industriais.

Portugal tem de assumir as suas responsabilidades, e os nossos governantes e dirigentes políticos não podem lembrar-se das questões da nossa agricultura apenas quando se verificam este tipo de negociações. A PAC é efectivamente importante para Portugal, mas acima de tudo a agricultura tem de ser importante para os interesses estratégicos do país.

Precisamos de uma verdadeira política agrícola nacional, de uma verdadeira promoção das nossas produções cá dentro e além fronteiras, e de uma permanente divulgação desta actividade estrutural primária.

Só assim podemos combater o nosso deficit comercial agrícola, só assim podemos combater a desertificação das nossas zonas rurais, só assim podemos combater o abandono diário de explorações no nosso país, só assim podemos atrair gente mais jovem a um sector cada vez mais envelhecido.

Os Jovens Agricultores deviam ser mais apoiados quer na decisão de se instalarem, quer no apoio posterior à aprovação do seu projecto de investimento.

É com essa nota que termino este editorial, a obrigatoriedade no projecto de existir uma rubrica destinada ao acompanhamento nos 5 anos subsequentes à aprovação, com um valor anual em função do montante global de cada projecto.

Sem Jovens Agricultores a agricultura portuguesa jamais terá futuro.



otografia: Luís Filipe Catarino/Presidência da República

Ficha Técnica

Propriedade, Redacção e Edição AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970 | Fax: 213 431 490 **Director** Firmino Cordeiro

Coordenação Departamento de Comunicação Redacção Departamento Técnico Secretariado Olga Leitão Departamento Comercial Olga Sereno Paginação AJAP | Miguel Inácio Impressão Gazela, Artes Gráficas, Lda. Depósito Legal nº 78606/94 Registo de Título nº 116714 Tiragem 10 000 Exemplares Periodicidade Trimestral E-mail ajap@ajap.pt URL www.ajap.pt Distribuição Gratuita

Com o apoio



MINISTRO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS EM ENTREVISTA

1 - Foi criado pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas um Grupo de Peritos com o intuito de aconselhar sobre a estratégia nacional a adoptar face ao futuro da PAC, sendo que as principais opções e áreas de intervenção prioritárias definidas foram já divulgadas. Pode dizer-nos sucintamente em que consistem e porquê a sua selecção?

A discussão sobre a reforma da PAC ainda está no início. De qualquer das formas competia ao Ministério da Agricultura propor a discussão ao sector e à sociedade. O Grupo de Peritos fez um primeiro trabalho, durante meses, e sugeriu diversas áreas de intervenção prioritárias. Preparou uma proposta global de objectivos e instrumentos em seis áreas fundamentais: regulação dos mercados e estabilização dos preços e dos rendimentos agrícolas, apoio aos produtores agrícolas pelo fornecimento de bens públicos de base, apoio complementar aos produtores agrícolas pelo fornecimento de bens públicos ambientais suplementares, apoios específicos à agricultura em sectores e zonas vulneráveis, promoção da inovação e competitividade da produção agrícola e florestal, apoio ao desenvolvimento, à integração e à diversificação económica dos territórios rurais. Tudo isto porque Portugal defende uma política agrícola comum mais ecológica, justa, eficiente e eficaz.

2 – A proposta da Comissão Europeia para a nova reforma da PAC propõe uma distribuição dos pagamentos Directos não baseada nas referências históricas. Na sua opinião esta medida bastará para uma maior equidade entre os países até aqui mais beneficiados como França e Alemanha e os menos beneficiados como Portugal?

A proposta da Comissão, de um ponto de vista global, é positiva e favorável aos interesses de Portugal. Ao defender o actual sistema baseado em dois pilares e o reequilíbrio das ajudas directas pagas aos agricultores dos vários Estados membros da União Europeia. Considero também positivo que o agricultor seja remunerado pelos esforços de defesa ambiental e de redução e adaptação às alterações climáticas. O fim das referências históricas é muito importante para promover equidade entre Estados e entre regiões e agricultores, contribuindo para uma maior entrada de novos agricultores no sistema de ajudas. Claro que não bastará, porque o fundamental será garantir uma maior aproximação dos Estados Membros à média actual das ajudas directas, reduzindo o intervalo entre os que recebem mais e os que recebem menos. O plafonamento das ajudas também será um contributo para o objectivo da equidade.

3 – Face à influência que alguns Estados-membros têm na União Europeia, Portugal conseguirá que sejam previstas na nova PAC as especificidades da nossa agricultura?

Essa é a nossa missão: defender as especificidades da nossa agricultura. Tenho ao longo destes meses, trocado impressões com vários colegas europeus. Ainda recentemente estive na Polónia onde a reforma da PAC foi uma questão central. Quer nas intervenções públicas, quer nas intervenções privadas tenho sempre defendido a inclusão de um sistema de apoio à agricultura nacional que promova a coesão económica, social e territorial. Tenho defendido a necessidade do apoio à pequena agricultura, do reforço do primeiro pilar em Portugal, dos compromissos anuais pagos a 100% independentemente do pilar onde se enquadrem, a continuidade dos apoios às zonas desfavorecidas, com grande peso em Portugal, o apoio aos sistemas de seguros nacionais. Tenho solicitado à Comissão que seja novamente analisado o fim das quotas leiteiras, porque não concordamos com o seu fim. Não existe sistema alternativo e o seu fim ameaça todo um sector. Sei que não é fácil, sobretudo pela oposição da França e da Alemanha, mas tudo faremos para defender os nossos interesses. A proposta foi apresentada há pouco tempo, ainda virá um processo negocial que poderá clarificar e aprofundar muitos pontos. Estamos a agir com prudência, muita atenção sabendo quais os objectivos que pretendemos alcançar.

4 – Em que medida os tempos de austeridade que se vivem poderão afectar as negociações da PAC?

O dinheiro disponível poderá ser mais reduzido, mas esta abordagem ainda é prematura. Ainda agora estamos na discussão pública... só em meados de 2012 a resposta a esta pergunta ganhará actualidade.

5 – Poderá esta nova reforma contribuir para a saída da crise económica? Que consequências poderá trazer directamente para Portugal?

Não será a reforma em si que promoverá a saída da crise económica, mas sim a agricultura. Este sector é hoje apontado por vários especialistas como aquele que mais potencial tem

de contrariar a tendência dos mercados financeiros. Como? Reforçando as exportações, criando condições de acesso à terra, melhorar as técnicas de cultivo, respondendo às exigências dos consumidores com rigor e qualidade alimentar, gerando uma nova vaga de agricultores. Um movimento do qual o País só poderá tirar dividendos. Temos quem esteja disponível para receber o que os nossos solos produzem e temos condições edafoclimáticas óptimas. Portugal poderá ter na Agricultura uma ianela de oportunidade única no actual contexto económico.

6 - Menos de 7% dos agricultores europeus têm idade inferior a 35 anos. Se não houver uma renovação da mão-de-obra agrícola teremos em pouco tempo o Mundo Rural despovoado e ninguém que trabalhe a terra. Que medidas deverão ser tomadas para contrariar este cenário?

Em Portugal assiste-se à entrada de muitos jovens na agricultura. Só nos últimos dois anos foram apoiados mais de dois mil jovens para primeira instalação. Em sectores como as Hortícolas, Frutas e Flores, que não são objecto de ajudas directas, estão a aumentar o número de jovens agricultores. É manifestamente insuficiente para compensar o envelhecimento e o abandono. A agricultura é cada vez mais um sector que representa uma oportunidade empresarial e é nessa perspectiva que se está a assistir a esta mudança lenta mas contínua. O acesso à terra é a grande restrição para que os jovens possam aderir a este sector, pelo que as políticas devem ser orientadas para fomentar uma maior flexibilidade do acesso à terra. É nesta área que estamos a trabalhar e iremos apresentar à Assembleia da República proposta legislativa durante o primeiro trimestre de 2011.

7 – A Instalação dos Jovens Agricultores poderá dar resposta à crescente procura de alimentação à escala mundial. Neste contexto o Quadro de Apoio à Instalação dos JA não deveria ser reforçado?

Está a decorrer a avaliação intercalar do PRODER onde algum reforço pode ser ponderado, caso exista disponibilidade orçamental. A prioridade deve ser canalizada para apoio ao investimento produtivo.

8 – A Figura de Jovem Empresário Rural daria igualmente um forte contributo no combate à desertificação do Mundo Rural. De que forma poderá surgir, a um curto prazo, um Quadro de Apoio ao Jovem Empresário Rural?

É um assunto que está a ser trabalhado entre a AJAP e as estruturas do Ministério. Vejo com interesse esse conceito. Contudo, em termos de apoios no âmbito do PRODER terão que ser respeitados os regulamentos comunitários. Lembro, no entanto que hoje já existem muitos empresários que estão instalados, com várias actividades diversificadas, em especial associando agricultura com turismo rural.

9 – A PAC deveria ser entendida como uma Política para a sociedade e não apenas para os agricultores no sentido em que estes prestam um conjunto de bens e serviços públicos. Na sua perspectiva a sociedade civil está sensibilizada para esta questão? O que se poderia fazer para alterar a opinião pública?

A minha opinião é que os agricultores e as associações que os representam devem acentuar mais a divulgação de tudo o que de bom fazem. Infelizmente a sociedade só recebe as más notícias ou as menos boas. Temos que fazer um esforço conjunto para mostrar os bons exemplos e a importância do sector, na nossa economia, divulgando o peso real estatístico que temos. Neste ano e pouco de mandato não tenho feito outra coisa em todo o País.

10 – Na fase de definição da posição de Portugal existiu uma forte tentativa de envolver não só os directamente interessados mas também a sociedade no geral através da disponibilização de informação relativa ao tema e consulta pública a todos os cidadãos. De que forma faria o balanço da receptividade dos portugueses?

Tenho sentido um grande envolvimento de todo o sector, mas uma reduzida participação da sociedade. A imprensa não tem ajudado na divulgação deste debate. Ainda agora na boa iniciativa que a Comissão de Agricultura organizou no Parlamento sobre o futuro da PAC, a imprensa não esteve presente nem manifestou nenhum interesse. Assim fica mais difícil...

11 – Concluindo, solicitamos-lhe um breve comentário sobre "PAC pós-2013 – Que futuro para os Jovens Agricultores"?

Eu sou um adepto do reforço do papel da Agricultura no desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial na União Europeia e em Portugal. Os jovens empresários deste sector, são o futuro e são já o presente. Temos uma oportunidade de reforçar a legitimidade das ajudas ao agricultor e para tal é essencial garantir a função produtiva da PAC. Sem produção, não haverá crescimento, nem redução de importações, nem aumento de exportações e a Europa ficará mais dependente.





PAC PÓS-2013

Ana Filipe de Morais | Chefe de Divisão de Prospectiva e Políticas do GPP

A reflexão no âmbito das grandes linhas de orientação para a evolução da PAC na União Europeia pós-2013 insere-se num debate europeu e num quadro de negociação global, marcado particularmente por fortes constrangimentos e pela necessidade de articulação entre políticas, a que a Estratégia Europa 2020 veio dar expressão. O novo ciclo de programação política da União Europeia surge num contexto económico e social difícil, em que a retoma do crescimento e do emprego e a consolidação das finanças públicas são objectivos prioritários. Por outro lado, a revisão global das políticas é efectuada pela primeira vez numa União alargada a 27 Estados-Membros e de acordo com o novo modelo institucional resultante do Tratado de Lisboa.

O debate sobre o Futuro da PAC tem sido realizado num ambiente de abertura à sociedade, num esforço de legitimação e de resposta socialmente participada aos desafios colocados (segurança alimentar, volatilidade/regulação de mercados, gestão de riscos e alterações climáticas). A Comissão Europeia promoveu um debate público centrado sobretudo nas questões da fundamentação e dos instrumentos da PAC perante a sociedade e os cidadãos, tendo este processo culminado com uma Conferência realizada em Bruxelas em Julho, na qual se evidenciou como consensual a necessidade de renovação da PAC para responder a novos desafios e expectativas da sociedade e para reforçar a sua equidade e eficácia.

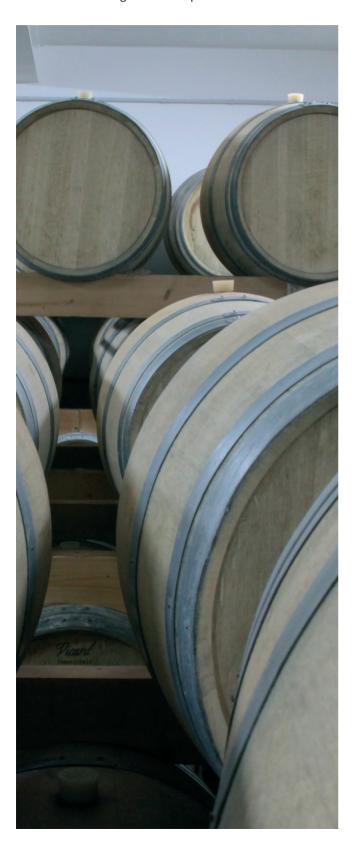
Os principais elementos da negociação são o nível da despesa agrícola, os critérios de distribuição das ajudas directas, a importância e conteúdo de cada um dos pilares e o modo de regulação do mercado. As questões mais consensuais têm sido a manutenção da arquitectura da PAC em 2 pilares, a transição do regime de ajudas directas face ao modelo histórico, o reconhecimento do papel da PAC na Estratégia Europa 2020 e a importância da investigação, inovação e competitividade na nova PAC. São igualmente assumidas as dimensões ambiental, económica, social e territorial, associadas, nomeadamente, à questão da remuneração dos bens públicos e a importância da coordenação entre políticas neste contexto.

O Parlamento Europeu tem estado também activamente envolvido no debate, tendo aprovado em Julho uma resolução sobre o Futuro da PAC após 2013, em que propõe como linhas gerais, a manutenção da estrutura de pilares da PAC e o mesmo nível orçamental, opondo-se à sua renacionalização. Defende ainda que as ajudas directas representam também uma compensação pelo fornecimento de bens públicos e que deve haver uma distribuição equitativa dos pagamentos aos agricultores no seio da UE, assumindo, no entanto, a necessidade de um período de transição na futura programação para facilitar o ajustamento. Recomenda a consideração de critérios adicionais objectivos para um melhor equilíbrio, novos mecanismos para fazer face a crises no mercado, para além do necessário reforço dos produtores no seio da cadeia alimentar e melhoria da transparência dos preços e das regras comerciais.

No âmbito da organização e dinamização do debate público e da preparação técnica e política da negociação a nível nacional sobre o Futuro da PAC, foram definidos dispositivos específicos de consulta no MADRP, designadamente através de um diploma enquadrador (Despacho MADRP n.º 6776/2010 de 9 de Abril) que define:

- A visão política e as estruturas de coordenação;
- A constituição de um Grupo de Peritos, tendo por principal missão participar na identificação dos principais desafios e opções nacionais em relação ao futuro da PAC pós-2013, apoiando o MADRP na dinamização e orientação do debate público e na melhor fundamentação das suas decisões políticas;
- A constituição de uma Comissão de Aconselhamento da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, que funciona junto do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

"Os principais elementos da negociação são o nível da despesa agrícola, os critérios de distribuição das ajudas directas, a importância e conteúdo de cada um dos pilares e o modo de regulação do mercado." No plano público e institucional, a posição de Portugal quanto às principais prioridades sobre o futuro da PAC tem vindo a ser divulgada pelo MADRP em diversos suportes e intervenções, nomeadamente em reunião entre o Sr. Ministro da Agricultura e o Comissário da Agricultura no passado mês de Junho.



O Grupo de Peritos divulgou recentemente o seu documento "A Agricultura Portuguesa e o Futuro da PAC pós-2013", que constitui um importante contributo para o debate público nesta matéria.

Para além da colaboração com o Grupo de Peritos, o GPP tem vindo a concretizar a sua actuação através do estabelecimento de uma organização interna específica para a sistematização e a análise no âmbito de áreas temáticas relevantes para a negociação, a participação em fora de debate nacionais e internacionais de reflexão sobre o Futuro da PAC e através da produção e disponibilização de informação pública na página página web - www.gpp.pt/pac2013.

O debate entrará numa nova fase com a apresentação, em Novembro próximo, da Comunicação da Comissão Europeia, contendo o enunciado das linhas orientadoras das principais opções para o Futuro da PAC pós-2013, sendo posteriormente objecto de consulta pública e debate político na UE. Abrir--se-á assim uma fase decisiva da negociação sobre o Futuro da PAC, determinante para o futuro das agriculturas europeias para a qual o MADRP se tem vindo a organizar e na qual define as seguintes prioridades:

- reforço da intervenção na regulação e estabilização dos mercados, para evitar a volatilidade extrema dos preços e dos rendimentos agrícolas que penalizam fortemente os agricultores e o abastecimento alimentar;
- adopção de um novo modelo de apoio directo aos agricultores, fundamentado na retribuição por serviços prestados à sociedade e que o mercado não remunera, baseado em critérios objectivos que tratem equitativamente os agricultores dos vários Estados-Membros e de gestão mais simples e eficiente;
- financiamento comunitário do 1º pilar da PAC a 100% (Mercados e Apoio Directo), incluindo as indemnizações compensatórias aos agricultores das zonas desfavorecidas e parte dos apoios agro-ambientais, actualmente inscritos no 2º Pilar e pagos com co-financiamento nacional;
- prosseguimento da política de desenvolvimento rural, mais flexível e adaptada à diversidade dos territórios, reforçando a sua articulação com outras políticas e instrumentos comunitários, contribuindo para o apoio ao investimento inovador, para a gestão de riscos e a estabilização do rendimento, nomeadamente por via do co-financiamento dos seguros, para a sustentabilidade ambiental e para a vitalidade das zonas rurais.

Na implementação da política agrícola, nomeadamente ao nível do desenvolvimento rural, os jovens agricultores, pelas suas competências e capacidade empreendedora, têm um papel determinante na concretização dos objectivos a alcançar para o desenvolvimento da competitividade e sustentabilidade do sector no futuro.



PAC PÓS-2013 - ALTERAÇÕES PARA OS JOVENS <u>AGRICULTORES EUROPEUS</u>

Joris Baecke | Presidente do CEJA

Somos nós, Jovens Agricultores, que vamos implementar as futuras políticas e enfrentar directamente os desafios ambientais, económicos e sociais de amanhã. Como Presidente do CEJA, que reúne 28 organizações-membro de toda a Europa, estou bem ciente das diferenças de todas as nossas explorações.

No entanto, não tenhamos ilusões, pois os desafios para manter a agricultura dos Jovens Agricultores, são comuns em todo o continente.

O acesso à terra e ao crédito são as principais condicionantes para qualquer Jovem Agricultor que queira assumir a exploração da família, ou para outros que procurem enveredar pela actividade agrícola pela primeira vez. Independentemente dos nossos planos empresariais futuros, seremos todos afectados pelas decisões e reformas políticas feitas em Bruxelas.

A renovação geracional no sector é urgentemente necessária, sendo que actualmente apenas 7% dos agricultores europeus têm menos de 35 anos de idade. Em Portugal, o número de proprietários de explorações agrícolas com menos de 35 é inferior a 3%. Na Europa, mais de 4,5 milhões de agricultores têm mais de 65 anos de idade, sendo evidente a necessidade de incentivar uma forte política de Instalação.

Actualmente, o apoio à Instalação de Jovens Agricultores não é obrigatório em todos os Estados-Membros, o que se torna injusto, alguns Jovens Agricultores estão a perder um importante instrumento político. O CEJA continuará a pressionar os decisores para que tal seja obrigatório em todos os Estados-Membros de modo a assegurar condições de concorrência equitativas.

Como Jovens Agricultores olhamos naturalmente para o futuro. A PAC tem de nos dar previsibilidade e fornecer um futuro quadro a longo prazo. Além disso, é altura de os agricultores activos serem os alvos específicos dos futuros pagamentos da PAC. Esta medida, que tem sido defendida pelo CEJA repetidamente, irá contribuir para legitimar os pagamentos e distinguir os agricultores que merecem maior apoio.

Além disso, para rejuvenescer o sector precisamos de ferramentas políticas fortes, tais como um "Pacote Jovens Agricultores", para incluir a garantia de créditos e taxas de juros reduzidas ou

garantidas. No CEJA continuaremos a procurar nas discussões entre os Jovens Agricultores que outros conjuntos de instrumentos políticos poderiam ser caracterizados como medidas específicas para os Jovens Agricultores.

Até ao momento, no debate sobre a reforma da PAC muito se tem abordado a questão dos bens públicos. No entanto, é necessário uma definição clara e transparente para que todos compreendam os apoios que os agricultores devem receber pelos serviços agro-ambientais não recompensados pelo mercado.

Relativamente à abordagem de mercado, a PAC deve assegurar que os Jovens Agricultores tenham a possibilidade de negociar e definir preços e não estarem apenas sujeitos aos preços da cadeia alimentar. Produtores e organizações inter-profissionais podem ser a chave fundamental neste contexto, permitindo que os agricultores façam acordos e aumentem o seu poder negocial. Ao mesmo tempo, a volatilidade do mercado é uma ameaça para aqueles que entram no sector. Para o CEJA, é obrigatória a existência de "redes de segurança" para casos extremos e ferramentas de estabilização para prevenir falhas de mercado e manter as novas gerações no negócio.

O CEJA há muito tempo que critica os critérios desactualizados baseados num período de referência histórica de 10 anos, uma vez que carece de legitimidade e não beneficia de recémchegados. Na recente comunicação sobre o futuro da PAC

"Além disso, é altura de os agricultores activos serem os alvos específicos dos futuros pagamentos da PAC.
Esta medida, que tem sido defendida pelo CEJA repetidamente, irá contribuir para legitimar os pagamentos e distinguir os agricultores que merecem maior apoio."

pelo Comissário Europeu da Agricultura, em Novembro de 2010, Dacian Ciolos manteve a sua oposição ao modelo histórico. Isso pode ser saudado como um passo em frente, contudo, nós Jovens Agricultores, devemos ter iniciativa e apresentar as nossas próprias ideias sobre como a nova PAC deve funcionar.

Recentemente, em Setembro de 2010, Jovens Agricultores de toda a Europa, incluindo representantes da AJAP reuniram--se na Bélgica, com a presença do Comissário da Agricultura Dacian Ciolos, para discutir exactamente o que a nova PAC deverá ser.

Os Jovens Agricultores exigem que a PAC continue a ser uma forte política comum, salientando que a agricultura é um sector estratégico para a UE e deve ser reconhecido como tal. Durante o ano de 2010, em vários eventos do CEJA de Jovens Agricultores no Parlamento Europeu e discursos para os Ministros da Agricultura da UE temos repetidamente relembrado os decisores que qualquer nova política deve reflectir os interesses dos novos operadores.

Foi gratificante ver que na comunicação publicada em 18 de Novembro pela Comissão Europeia, os Jovens Agricultores tiveram referências específicas, tais como: " Ir ao encontro das necessidades específicas dos jovens agricultores e novos operadores será uma prioridade " e que " A vitalidade e o potencial de muitas zonas rurais continuam fortemente ligados à presença de um sector agrícola dinâmico e competitivo, atractivo para os jovens agricultores ".

Estamos todos de acordo. No entanto, a reforma da PAC está longe de terminar. Os Jovens Agricultores devem manter uma voz forte nestes desenvolvimentos.

Um conjunto de novos objectivos, tais como, uma PAC mais ecológica e a mudança da forma de pagamento para as zonas desfavorecidas foram apresentados. Como resultado, devemos enfatizar que qualquer novo objectivo no Pilar II não pode colocar em perigo a prioridade de renovação das gerações.

Se os Jovens Agricultores são realmente uma prioridade, então a nova PAC tem de dar prioridade aos Jovens Agricultores nos dois pilares. As medidas actuais para os Jovens Agricultores permanecem sob o desenvolvimento rural no segundo pilar. Precisamos pressionar para obter uma política mais ambiciosa para os Jovens Agricultores.

Devemos salientar que a ideia de associar os pagamentos directos aos agricultores activos foi considerado na Comunicação da Comissão. Este é mais um passo positivo na direcção certa. O desafio agora será definir o que exactamente é um agricultor activo e muitos membros do Parlamento Europeu solicitaram ao Comissário os critérios. O CEJA estava já um passo à frente.

Na Declaração dos Jovens Agricultores sobre a PAC, estabelecida em Setembro, tivemos longas discussões sobre



este assunto. Finalmente chegamos a um consenso de que um agricultor activo, é alguém que assume a responsabilidade financeira da gestão do negócio, da produção e que vende os produtos individualmente ou através de cooperativas, os agricultores que são reconhecidos como tal pela administração pública e os agricultores que entregam bens públicos a partir da sua actividade agrícola.

Evidentemente, há ainda muito trabalho a ser feito antes de 2013, são ainda esperadas propostas legislativas e as propostas finais deverão ser aprovadas pelo Parlamento Europeu e Conselho Europeu, tendo sempre em consideração o contexto das pressões orçamentais e do novo Tratado de Lisboa.

Entretanto, permitam-me concluir dizendo que é um prazer trabalhar com os Jovens Agricultores da AJAP no CEJA, e incentivo--os a todos a participarem activamente na obtenção de um futuro mais moderno e inovador para o nosso sector agrícola.

O FUTURO DA PAC PÓS-2013

AJAP

A nova PAC no pós-2013 tem de conseguir ser aquilo que verdadeiramente todas as anteriores não foram, próxima dos agricultores, solidária entre os Estados-Membros, defensora da qualidade das produções, extremamente sensível em relação à protecção ambiental, capaz de mobilizar o espaço rural europeu e de assegurar o necessário rejuvenescimento agrícola e rural como garantia de futuro.

A agricultura europeia caracteriza-se por uma associação de "agriculturas" que ora encaixam no actual modelo, ora ficam completamente de fora. São estas correcções que os decisores têm de ter a coragem de modificar a bem da coesão de todo o território da UF.

O papel da nova PAC no pós-2013 não pode limitar-se à simples concessão de apoios aos agricultores fornecedores de bens considerados públicos a nível europeu, nas áreas do ambiente, protecção da biodiversidade ou na luta contra as alterações climáticas.

A agricultura europeia como actividade preponderante do espaço rural cada vez mais ameaçado em toda a Europa e muito particularmente nos países considerados mediterrâneos, tem de ser capaz, para além de dinamizar essas regiões, fornecer produtos de qualidade a toda a população do seu território.

Os cidadãos europeus devem entender perfeitamente as grandes questões associadas à:

- qualidade alimentar dos produtos produzidos;
- qualidade do espaço rural, para quem o habita e para todos os que dele podem usufruir;
- qualidade de vida associada ao ambiente, aos recursos naturais e à biodiversidade.

A Comunicação apresentada pela Comissão Europeia é extremamente importante pois pode dar resposta a vários desafios que se têm colocado aos agricultores, aos cidadãos europeus e ao território. Está em causa a capacidade de produção da agricultura, a crescente diversidade das zonas agrícolas e rurais depois de sucessivos alargamentos, e as exigências dos cidadãos da UE em matéria de ambiente, segurança e qualidade alimentar, nutrição saudável, saúde e bem-estar animal, fitossanidade, preservação do mundo rural, biodiversidade e alterações climáticas.

Importa não esquecer que à Europa se exige manter e melhorar a competitividade num mundo caracterizado pela crescente globalização e o aumento da volatilidade dos preços, embora mantendo a produção agrícola em toda a União Europeia.

Existem questões que têm marcado a discussão verificada nos últimos tempos e que importa realçar:

- A PAC não é só para os agricultores, é para todos os cidadãos da União Europeia, enquanto consumidores e contribuintes;
- A agricultura europeia tem de ser competitiva do ponto de vista ambiental e não apenas do ponto de vista económico;
- -Está implícito um regime de apoio simples e específico de forma a reforçar a competitividade das pequenas explorações agrícolas, reduzir a carga administrativa e contribuir para a vitalidade das zonas rurais;
- De igual forma, os estudos e a proposta em concreto da Comissão aponta para a importância das vendas directas e dos mercados locais, bem como para as necessidades específicas dos Jovens Agricultores e dos estreantes.

A Comissão prevê a manutenção do actual sistema de dois pilares:

- 1.º Pilar Abrangendo os Pagamentos Directos e as medidas de mercado em que as regras são definidas a nível da UE (o futuro sistema de Pagamentos Directos não pode basear-se em períodos de referência históricos devendo antes ser ligados a critérios objectivos).
- 2.º Pilar Compreendendo medidas plurianuais de desenvolvimento rural em que o quadro das opções é estabelecido a nível da UE mas a escolha final dos regimes fica ao critério dos Estados-Membros ou das regiões mediante gestão conjunta.

Colocam-se, no entanto, algumas dúvidas, nomeadamente o valor e critérios para a definição de rendimento base, a quantificação da componente ecológica, e o conceito de agricultor activo. A AJAP não pode deixar de manifestar a total discordância relativamente à eliminação das quotas leiteiras em 2015, com tantos sinais de preocupação em relação aos mercados e sua regulação, expressos no documento parece-nos que está aqui claramente uma medida que vai trazer muitos desajustamentos, nomeadamente para Portugal.

O nosso papel enquanto agentes do sector e agricultores passa por convencer os cidadãos e os políticos da importância da agricultura no plano da capacidade de alimentar as populações, nos inúmeros serviços e actividades de lazer, na protecção e preservação do ambiente e das paisagens rurais, bem como na sensibilização para o facto de que sem agricultores e Jovens Agricultores as actividades agro-rurais e agro-alimentares não são viáveis.

OS JOVENS AGRICULTORES

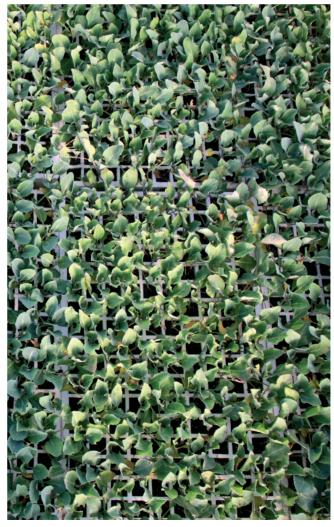
Portugal contrasta a este nível com os restantes países da União Europeia, apresentando números preocupantes no que ao universo de Jovens Agricultores se refere. Efectivamente, no nosso país apenas 2,9% da generalidade dos agricultores são Jovens Agricultores, em antagonismo à média da União Europeia, em que o valor se eleva para 5,3%.

O rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola gera condições para o desenvolvimento de uma agricultura mais moderna, mais aberta à inovação e com uma orientação compatível com a qualidade ambiental e conservação da biodiversidade.

Só através do rejuvenescimento do sector agrícola, essencial para garantir o futuro do mundo rural, é possível encontrar uma nova atitude e energia para enfrentar os desafios da reconversão e inovação de sistemas de produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas, bem como na promoção do espaço rural, suas vivências e tradições.

Portugal e a Europa não terão futuro sem um meio rural vivo e desenvolvido, a agricultura é a actividade estruturante do meio rural, seguramente não haverá agricultura no futuro sem Jovens. A agricultura e a revitalização do Mundo Rural têm que ser assumidas como vectores estratégicos para o desenvolvimento sustentado do país e da Europa.







Nome: Luís Alberto Farinha Nogueira

Idade: 36

Estado Civil: Solteiro Habilitações: 12º ano Ano de Instalação: 1998

CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

SAU: 66 ha

Especialização Produtiva: Agrícola - Sector Azeite / Lagar

Pecuária - Produção de Bovinos Leite/Carne - Produção de Caprinos e Ovinos /Carne

Mão-de-Obra Permanente: Sim

1 – Quais os motivos que o levaram a enveredar pela actividade agrícola. E pela área da pecuária?

Continuação da actividade familiar e gosto pela actividade agrícola e pecuária.

2 – Que dificuldades foram sentidas antes da instalação, aquando da instalação e actualmente?

Antes da instalação foram sentidas dificuldades no âmbito da aprovação do projecto.

Durante a instalação sentiram-se alguns atrasos nos pagamentos, o que dificultava a continuidade do investimento.

Actualmente e no que se refere às ajudas comunitárias, o facto de estas estarem desligadas da produção, que é uma das maiores dificuldades sentidas na nossa região de minifúndio.

3 - Em que medida a existência de um Quadro de Apoio à Instalação de Jovens Agricultores influenciou a sua decisão de se tornar Empresário Agrícola?

Sim, foi essencial na medida em que o montante do apoio à primeira instalação ajudou a pagar algum investimento do projecto, diminuindo assim os encargos seguintes.

4 – A sua exploração é um exemplo de sucesso no sector agrícola, apresentando diversas orientações produtivas como a produção de ovinos e caprinos, olivais e lagar de azeite. Em que medida esta diversificação contribui para o sucesso e desenvolvimento da exploração?

Numa realidade de minifúndio como a nossa, apenas uma vertente agrícola não permitiria rentabilidade para a manutenção e desenvolvimento da exploração que a meu ver, apenas o complemento dos diversos sectores agrícola e pecuário permite a sustentabilidade.

5 – Tem perspectivas de ampliar as orientações produtivas da exploração?

A nível pecuário, ampliaria se a área florestal da exploração fosse considerada para encabeçamento, visto ser uma área da silvopastorícia essencial para caprinos e salientando que a caprinicultura tem grande aptidão na prevenção dos fogos florestais.

6 – Procedeu a estudos de mercado de forma a avaliar a capacidade de escoamento dos produtos?

Sim, foi efectuado no início da instalação da exploração, o que me ajudou e influenciou nesta decisão, embora actualmente o produto não acompanhe o valor de mercado, o que fez com que tivesse deixado a produção do leite de vaca.

7 – Acompanha o desenvolvimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação numa perspectiva de proceder à sua constante actualização na exploração? Quais os principais motivos?

Sim. Os principais motivos são a redução de mão-de-obra e minimizar o custo final de produção.

8 – Quais foram as preocupações ambientais presentes aquando da elaboração do projecto de instalação e de que forma são actualmente integradas as questões ambientais na sua exploração?

Na construção do ovil/capril, a existência de uma impermeabilização correcta e eficaz de forma a não existir infiltrações no subsolo. Também e relativamente ao lagar a impermeabilização com tela, das lagoas de evaporação.

Actualmente esforço-me para que a distribuição dos estrumes nos terrenos agrícolas seja efectuada nos meses com menor pluviosidade, como também, a aplicação de produtos fitofarmacêuticos com menos toxicidade.

9 – Tendo por base a sua experiência, quais os factores de sucesso das primeiras instalações dos Jovens Agricultores?

Dedicação, empenho, gosto e persistência.

Ser agricultor não é ser diferente. Não desistas.



PAC NO HORIZONTE 2020 O PAPEL DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO

Miguel de Castro Neto | Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação | UN

A recente comunicação da Comissão intitulada "PAC no horizonte 2020: Responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais", para além de pretender explicar a necessidade da reforma e demonstrar quais os benefícios daí decorrentes e a importância de intervir ao nível da UE, aponta caminhos de mudança relativamente ao modelo actual.

Efectivamente, os desafios que o sector agrícola da UE enfrenta ultrapassam hoje as fronteiras nacionais e requerem regras e medidas comuns, especialmente no que respeita ao aprovisionamento alimentar. Paralelamente, os agricultores de todos os países da UE concorrem no mercado único, pelo que competirá à UE assegurar a igualdade das condições de concorrência e o bom funcionamento do mercado.

Assim, segundo a Comissão, a reforma da PAC é justificada pela necessidade de:

- Melhor responder aos desafios:
 - o da segurança alimentar,
 - o das alterações climáticas e gestão sustentável dos recursos naturais,
 - o da protecção das zonas rurais e dinamização da economia rural,
- Ajudar o sector agrícola a tornar-se mais competitivo e a lidar com a crise económica e a instabilidade dos preços à saída da exploração,
- Tornar a PAC mais justa, mais verde, mais eficiente e eficaz e mais fácil de compreender.

Neste contexto, a resposta comunitária a estas questões ao nível da PAC deverá ter como resultados:

- A sociedade em geral beneficiará de uma maior segurança alimentar, um melhor ambiente, a intensificação da luta contra as alterações climáticas e um mundo rural vivo;
- Os agricultores e as zonas rurais serão beneficiados graças a uma política mais equilibrada, equitativa e estável, bem como a novas oportunidades de investimento.

Nesse sentido, a PAC deverá mudar profundamente para poder enfrentar os desafios acima indicados, passando as linhas de orientação propostas pela Comissão para a PAC Pós-2013 por:

- Os pagamentos directos aos agricultores poderem:
 - reflectir melhor o serviço público prestado pelos agricultores (por exemplo, os esforços para proteger o ambiente)
 - ajudar a apoiar a agricultura inclusivamente nas regiões mais desfavorecidas
 - ser repartidos de forma mais justa e ser direccionados para os agricultores activos.
- Os instrumentos de gestão do mercado serem simplificados.
- A política de desenvolvimento rural centrar-se no reforço da competitividade e na promoção da inovação.
- Serem introduzidas novas opções para ajudar os agricultores a enfrentar a instabilidade dos preços e dos rendimentos.

É neste âmbito que será fundamental tirar partido do potencial das tecnologias de informação e comunicação e dos mais recentes avanços tecnológicos como indutores da inovação, dando também um importante contributo para a Estratégia «Europa 2020», nomeadamente em termos do aí designado Crescimento Inteligente.



O denominado Crescimento Inteligente passa por promover o aumento da eficiência dos recursos e melhorar a competitividade através do conhecimento e da inovação tecnológica, desenvolvendo produtos de alto valor acrescentado e de qualidade, desenvolvendo tecnologias verdes e utilizando tecnologias da informação e da comunicação, investindo na formação, oferecendo incentivos à inovação social nas zonas rurais e aproveitando os resultados da investigação.

A nível nacional existe neste contexto uma necessidade imperiosa de definir uma estratégia própria para a promoção da inovação no sector primário, assente numa maior eficácia e eficiência na partilha de informação e conhecimento suportada pela adopção e utilização das tecnologias de informação e comunicação actualmente disponíveis e amplamente disseminadas.

Assim, transversal aos desafios referidos acima que são colocados pela reforma da PAC, aos objectivos que se pretendem alcançar e a forma como tal será efectuado, é indiscutível que terá de ser dada resposta ao problema estrutural existente no nosso país de falta de comunicação e ausência de partilha de informação e conhecimento entre os potenciais indutores do referido Crescimento Inteligente, isto é, há que criar as condições para que a produção/transformação desenvolva a sua actividade num ambiente colaborativo em que as instituições de ensino e investigação, bem como a indústria de factores de produção, partilham os seus repositórios de conhecimento, especialmente o seu capital intelectual.

"O denominado Crescimento Inteligente passa por promover o aumento da eficiência dos recursos e melhorar a competitividade através do conhecimento e da inovação tecnológica, desenvolvendo produtos de alto valor acrescentado e de qualidade, ..."

Nesse sentido, existindo hoje disponíveis inúmeras tecnologias de informação e comunicação capazes de suportar de forma eficaz e eficiente plataformas de trabalho colaborativo, há que desenvolver políticas que criem condições e imponham a necessidade do conhecimento gerado nas instituições que desenvolvem actividades de investigação, dar resposta às necessidades efectivas do sector e ser colocado ao seu serviço, com benefícios claros não só para os agentes do sector, mas para a sociedade em geral.



ANÁLISES DE SOLO - PARTE 1 - pH E A SUA CORRECÇÃO

Prof. Dr. Alan Evans | A2 - Análises Químicas, Lda

Elemento	Símbolo Químico	Forma assimilada pela planta	
Carbono, C		lões em solução	
Hidrogénio,	Н	$(HCO_3^-, NO_3^-, NH_4^+, SO_4^{2-})$	
Oxigénio,	0	ou	
Azoto,	N	gases na atmosfera	
Enxofre	S	(CO_2, N_2, SO_2)	
Fósforo,	Р	lões em solução	
Boro	В	$(H_2PO_4^{-}, HPO_4^{-2}, BO_3^{-3})$	
Potássio,	К	12	
Magnésio,	Mg	lões em solução	
Cálcio,	Ca	(K ⁺ , Mg ²⁺ , Ca ²⁺ , Cl ⁻)	
Cloro	CI		
Cobre,	Cu		
Ferro,	Fe	lões ou quelatos em solução	
Manganês,	Mn		
Molibdénio,	Mo	(Cu ²⁺ , Fe ²⁺ , Mn ²⁺ , MoO ₄ ²⁻ , Zn ²⁺)	
Zinco	Zn		

Tabela 1: Elementos químicos e a sua forma assimilada pela planta (1)

As análises de solos são um dos primeiros passos a tomar na instalação ou manutenção de uma cultura. É do solo que a planta assimila alguns dos elementos essenciais, ou seja os elementos necessários para completar o seu ciclo de vida (Tabela 1).

A disponibilidade dos iões na solução do solo é influenciada pelo pH (Figura 1). O pH pode ser considerado como sendo igual ao logaritmo negativo a base 10 da concentração de iões de hidrogénio, [H⁺]. Em termos matemáticos, pH = -log₁₀[H⁺] embora na realidade a relação não seja assim tão linear. Sendo o pH uma escala logarítmica a base 10 (log10), dois valores de pH que diferem só uma unidade de pH entre si, de 6,0 para 7,0 por exemplo, significa que a concentração do ião hidrogénio na solução de pH 6 é dez vezes mais concentrada do que a concentração de H⁺ a pH 7. Ou seja, cada diferença unitária no valor de pH é igual a dez vezes a diferença na concentração. Segundo esta lógica, uma solução com pH de 4,0 é 1000 vezes mais concentrada em H+ do que uma solução com pH de 7,0. Na escala de pH, valores de pH inferiores a 7,0 são considerados ácidos e valores superiores a 7,0 são considerados alcalinos ou básicos. Um pH de 7,0 é considerado neutro.

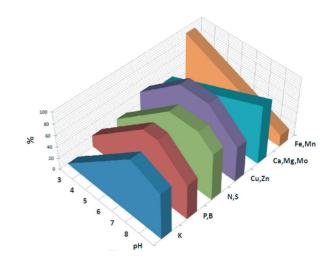


Figura 1: Disponibilidade de nutrientes consoante o pH (2)

A maioria das plantas desenvolvem-se melhor em solos com um pH ligeiramente ácido ou neutro (pH 6,0 a 7,0) e quando o pH do solo ultrapassa determinados limites, pode existir problemas de bloqueios ou toxicidades de elementos devido à sua precipitação ou dissolução.

- Exemplo de bloqueio: Nos solos com pH superiores a 7,5 o fósforo pode formar compostos insolúveis (precipitados) com o cálcio. Assim, o fósforo não está disponível para a cultura embora esteja presente no solo.
- Exemplo de toxicidade: O manganês no solo torna-se muito mais solúvel a pH inferiores a 5 e isso pode conduzir a problemas de toxicidade na cultura devido à sua disponibilidade ser mais elevada.

Contudo, não é apenas o crescimento da planta que está sujeito ao valor do pH do solo. Também a eficácia de adubos aplicados ao terreno (Tabela 2) e a actividade biológica (bactérias, fungos... etc) do solo, são influenciadas pelos valores de pH.

Tipo e eficácia do adubo (%)						
pH (H ₂ O)	Azoto	Fosfato	Potássio	Adubo		
			(K ₂ O)	desperdiçado		
4,5	30	23	33	≈ 71 %		
5,0	53	34	52	≈ 54 %		
5,5	77	46	77	≈ 33 %		
6,0	89	52	100	≈ 20 %		

Tabela 2: Eficácia de adubos consoante o pH do solo (3)

Em geral nos laboratórios existem três soluções nas quais o pH do solo pode ser medido:

- Água pH (H₂O);
- Cloreto de cálcio (0,01 M) pH (CaCl₂);
- Cloreto de potássio (1 M) pH (KCl).

O pH do solo determinado na água determina a acidez que é considerada activa e pode influenciar o crescimento da planta.

O pH determinado em cloreto de cálcio é utilizado para minimizar o efeito sazonal do pH do solo e os efeitos de sais solúveis nos resultados obtidos.

Quando o pH é determinado em cloreto de potássio, o uso desta solução permite determinar a presença ou não de alumínio de troca. Em termos globais, quando o pH (KCl) é inferior a 5,2 pode haver problemas de toxicidade de alumínio na cultura.

Sendo o pH do solo um parâmetro tão importante a optimizar, a correcção de valores de pH é fundamental. Se o pH (H₂O) do solo for inferior ao valor óptimo para o desenvolvimento da cultura, será necessário uma calagem e se o pH (H2O) se encontrar

superior ao valor óptimo para o crescimento da cultura, será necessário o uso de um acidificante como o enxofre, sulfato de ferro ou sulfato de alumínio.

Quando um solo tem um pH (H₂O) inferior ao ideal, é necessário saber a quantidade de produto neutralizante (calcário ou cal) a aplicar para colocar o pH do solo novamente numa faixa mais indicada ao crescimento da cultura. Não é possível, nem correcto, que se determine as quantidades de produto neutralizante a aplicar numa cultura apenas através do valor de pH (H₂O). Isto porque, a quantidade de correctivo a aplicar para neutralizar a acidez está ligada com a capacidade de troca catiónica (CTC) e a acidez de troca no solo. Em geral, solos com CTC elevadas vão necessitar de mais produto neutralizante do que os solos com valores baixos de CTC para produzir a mesma variação no valor de pH. Para determinar a quantidade de correctivo a aplicar, o laboratório realiza um ensaio onde o solo é misturado com uma solução tampão de pH elevado e conhecido. A acidez no solo neutraliza uma parte da solução tampão, provocando uma descida no seu pH relativamente ao seu valor inicial. A diferença entre o valor inicial e final do pH é posteriormente utilizada para determinar rigorosamente a quantidade de calcário necessário a aplicar de modo a obter a variação desejada no pH.

Para assegurar uma correcção eficaz e relativamente rápida de pH com calcários, é muito importante levar em consideração alguns factores:

- O tamanho das partículas Partículas mais pequenas têm um contacto mais íntimo com o solo e consequentemente uma reacção mais eficaz.
- O valor neutralizante Este valor equivale ao número de quilogramas de óxido de cálcio (CaO) necessários para produzir o mesmo efeito neutralizante de 100 kg de calcário. Por exemplo, se um calcário possuir um valor neutralizante de 52, quer dizer que 100 kg deste produto conseguem neutralizar tanto a acidez no solo como 52 kg de CaO.
- A reactividade Trata-se da velocidade de reacção de um calcário sob condições específicas. Por exemplo, quanto mais reactivo for o calcário, mais rápida é a reacção dele com a acidez do solo.

Nota final

O pH do solo é um parâmetro de importância elevada para uma boa produção agrícola, porque permite determinar a disponibilidade de nutrientes na cultura e a actividade biológica do solo. Solos com valores de pH fora das gamas óptimas para a cultura devem ser corrigidos, mas as quantidades e qualidades desses correctivos devem ser rigorosamente estudadas.

Referências

- 1. Plant Nutrition Manual, J. Benton Jones, Jr. CRC Press, (1998), p 7
- http://en.wikipedia.org/wiki/File:Soil-pH.svg
- 3. Laboratory Guide for Conducting Soil Tests and Plant Analysis, J. Benton Jones, Jr. CRC Press, (2001), p 39

SEMINÁRIO DO CEJA - "CAP PÓS-2013: QUE FUTURO PARA OS JOVENS AGRICULTORES EUROPEUS?"

Na sequência das negociações comunitárias sobre a reforma da Política Agrícola Comum para 2013, o Conselho Europeu dos Jovens Agricultores - CEJA - levou a cabo nos passados dias 19, 20 e 21 de Setembro de 2010, em Louvain, Bélgica, um Seminário subordinado ao tema "CAP pós-2013: Que Futuro para os Jovens Agricultores Europeus?".

Segundo o Presidente da CEJA, Joris Baecke, este evento surgiu num momento crucial do debate, estando os Jovens Agricultores perfeitamente cientes de que as políticas em discussão vão afectar o futuro deles mas também o de todos os cidadãos europeus. Trata-se de decidir como serão a agricultura e a alimentação europeias nos próximos anos.

Mais de 120 Jovens Agricultores de toda a Europa juntaram-se na Bélgica para trocarem ideias, interagirem com decisores políticos e fazerem ouvir a sua voz. A AJAP também marcou presença através da participação de uma Técnica da Associação e de uma Jovem Agricultora de sucesso, do ramo da produção animal.

Foi colocado a debate interno o esboço da Declaração dos Jovens Agricultores para a CAP pós-2013, a qual procurará reflectir as propostas de todos os JA para uma agricultura moderna, sustentável e rejuvenescida.

O documento aborda as seguintes linhas gerais:

- Orçamento estável e previsível para a PAC;
- Instrumentos para estabilização dos mercados, tais como: sistemas de seguros, intervenção pública, armazenagem

- público-privada, criação de um fundo europeu para ajudar à recuperação de explorações em caso de desastres naturais, constituição de um observatório europeu de preços;
- Pagamentos directos justos e transparentes para aqueles que efectivamente exercem actividade e comercializam a produção;
- Medidas específicas para JA (O texto da Declaração inclui um dado estatístico preocupante: actualmente, apenas 7% dos agricultores da Europa dos 27 tem menos de 35 anos. Este valor é ainda inferior em alguns Estados Membros, como o Reino Unido, Holanda, Itália, Portugal, Chipre e Roménia.);
- Prémios para aprovisionamento de bens e serviços públicos.

A delegação portuguesa sugeriu que na Declaração deveria constar uma menção à necessidade de reforçar o controlo



dos sistemas produtivos e produtos oriundos de países terceiros. Os padrões internos de exigência relativos à segurança alimentar, condições de trabalho, saúde e bem--estar animal, etc. devem ser respeitados também por países fora da União Europeia que pretendam manter relações comerciais dentro da UE, a fim de não se criarem desvantagens competitivas para aqueles que cumprem a legislação. A proposta foi aceite por unanimidade.

Após intensas e muito participadas sessões de discussão, a Declaração ficou finalmente concluída e foi apresentada ao Comissário Europeu para a Agricultura, Dacian Ciolos, ao novo

novo Ministro da Agricultura romeno, Valeriu Tabãrã, e à Ministra Federal belga, Sabine Laurelle.

Foram ainda apresentadas opiniões e dados estatísticos relativos à instalação e renovação de gerações na agricultura por peritos de instituições comunitárias, académicos e analistas do sector agrícola, que estiveram presentes no Seminário. Um painel de cinco Jovens Agricultores, entre os quais se encontrava a representante portuguesa, Marta Santos, que apresentou exemplos pessoais relativos à instalação no sector agro-pecuário, nomeadamente a estrutura de custos da sua exploração, o que constituiu um motivo de grande interesse para todos os participantes.

O seminário foi encerrado com uma conferência de imprensa e a cerimónia de entrega do prémio ao vencedor do Concurso Fotográfico de Jovens Agricultores Europeus, patrocinado pela FREE (Future of Rural Energy in Europe) que foi entregue a uma concorrente da Suécia.

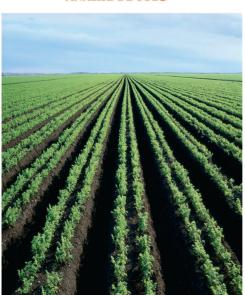
No último dia houve a oportunidade de visitar o Centro de Inseminação "Association Wallonne de l'Elevage", explorações leiteiras da região, bem como a fábrica de cerveja Stella Artois.

A AJAP dá os parabéns ao CEJA e ao empenho de todos os participantes.





ANÁLISE DE SOLO



ANÁLISE DE MATÉRIA **VEGETAL**



ANÁLISE DE ÁGUA



Sede: Rua Monte do Senhor, 19; 4715-542 Sobreposta; Braga

Telefone: 96 015 2277 Fax: 253 636 029 E-mail: info@a2analisesquimicas.com

FORMAÇÃO DE APLICADORES DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

No passado dia 23 de Setembro de 2010 decorreu na DGADR, Oeiras, uma reunião com responsáveis da Direcções Regionais de todo o país, a ANIPLA, GROQUIFAR e as quatro confederações que representam a Produção, entre as quais a AJAP, subordinada ao tema "A Formação de Aplicadores de Produtos Fitofarmacêuticos", ao abrigo do Artº 14º do Decreto-Lei Nº 173/2005, de 21 de Outubro.

Face ao que foi exposto pelas Direcções Regionais, concluiu-

-se que apenas cerca de 5% da população agrícola tem nesta altura a formação adequada, sendo que até ao final de 2010 não será possível formar os aplicadores em falta, como está previsto no Decreto-Lei citado. Dessa forma, a AJAP solicitou uma derrogação do prazo, pedido que acabou por ser subscrito por todas as entidades reunidas. Assim, para todos os agricultores-aplicadores e aplicadores será obrigatório receber esta formação até 25 de Novembro de 2013, altura em que se dá a transposição da Directiva Quadro para o Uso Sustentável.

REAP - REGIME DE EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE PECUÁRIA

O Decreto-Lei n.º 214/2008 de 10 de Novembro estabelece o regime do exercício da actividade pecuária (REAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamento, garantindo o respeito pelas normas de bem-estar animal, a defesa hígio-sanitária dos efectivos, a salvaguarda da saúde, a segurança de pessoas e bens, a qualidade do ambiente e o ordenamento do território, num quadro de sustentabilidade e de responsabilidade social dos produtores pecuários.

O Decreto-Lei n.º 78/2010 vem prorrogar o prazo para a legalização das explorações:

- Regularização (Explorações sem licença ou com licença desactualizada face à realidade da exploração): até 31 de Dezembro de 2010;
- Reclassificação (Explorações já licenciadas): até 31 de Março de 2011.

As explorações que até 31 de Dezembro de 2010 não possuam título válido ou actualizado passarão a ser tratadas como "Novas Explorações".

PRÉMIO POR VACA EM ALEITAMENTO CAMPANHA 2011 – ALTERAÇÕES

O Prémio por Vaca em Aleitamento da Campanha 2011 apresenta as seguintes alterações:

O produtor manifesta a intenção de se candidatar ao Prémio no Pedido Único, não sendo necessária a identificação individual das vacas aleitantes candidatas. Os controlos/pagamentos serão efectuados tendo em conta a informação que consta na base de dados do SNIRA.

Esta candidatura será automática para todos os produtores que manifestaram a intenção de se candidatar ao Prémio por Vaca em

Aleitamento para a Campanha de 2011, quer no Pedido Único de 2010, quer no Pedido de Transferências/Cedências de Direitos para 2011, quer na candidatura à Reserva Nacional para 2011.

Para todos os produtores que não manifestaram esta intenção, poderão expressá-la no Pedido Único de 1 a 31 de Janeiro de 2011.

O período de retenção obrigatório iniciar-se-á para todos os produtores no dia 1 de Fevereiro de 2011 e terá a duração de 6 meses.

MINISTRO DA AGRICULTURA PRESENTE NAS JORNADAS **TÉCNICAS DA AJAP**

Decorreram na Chamusca, Distrito de Santarém, nos dias 14, 15 e 16 de Outubro, as Jornadas da AJAP onde foram debatidos diversos temas, com particular enfoque para a Instalação de Jovens Agricultores e SAA - Serviço de Aconselhamento Agrícola.

Durante a tarde de 6º feira, à margem do restante evento, teve lugar o debate, sob a forma de Mesa Redonda subordinado ao tema "O Presente e o Futuro do Associativismo e Cooperativismo Agrícola em Portugal", onde marcaram presença ilustres convidados como o Eng.º Miguel Freitas, Deputado do PS, o Dr. Luís Capoulas, Deputado do PSD, o ex-Presidente da AJAP, Senhor Moreira da Silva, o ex-Presidente do INSCOOP, Dr. Canaveira Campos e o Eng.º Pedro Santos, Director-geral da CONSULAI, ficando a moderação a cargo do Dr. Paulo Ramalho, Assessor da Direcção da AJAP.

A sessão de encerramento das Jornadas e posterior inauguração oficial das instalações da GLOBALCoop -Cooperativa Agrícola Transnacional, CRL, foi presidida por Sua Excelência o Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Prof. Doutor António Serrano, contando com a presença do Presidente da Câmara Municipal da Chamusca, Senhor Sérgio Carrinho, entre outros ilustres convidados.

A GLOBALCoop - Cooperativa Agrícola Transnacional, criada a partir da vontade de associados e dirigentes da AJAP, foi apresentada pelo Eng.º Firmino Cordeiro referindo que este novo projecto pretende dar resposta a problemas técnicos, de comercialização das produções dos agricultores e propor opções mais económicas na utilização dos factores de produção sempre em harmonia com as boas práticas agrícolas, a protecção do ambiente e dos recursos naturais. A iniciativa foi saudada pelo Ministro da Agricultura que realçou "o trabalho das associações do sector e a importância da organização da área comercial".

Estas Jornadas foram mais um sucesso da AJAP que permanece firme na sua posição de defender o Mundo Rural e apoiar os Jovens Agricultores perante os desafios que surgem como "a volatilidade dos mercados, o preço dos produtos extracomunitários muito competitivos, custo de factores de produção elevados, intempéries mais frequentes, novas tecnologias e os desafios da conservação da natureza e da biodiversidade", como afirmou o Presidente da Associação.







AZEITE

Decreto-Lei n.º 76/2010. D.R. n.º 121, Série I de 2010-06-24

Estabelece as condições a observar na obtenção, tratamento e comercialização do azeite e do óleo de bagaço de azeitona, criando as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 182/2009, da Comissão, de 6 de Março

LEITE E PRODUTOS LÁCTEOS

Portaria n.º 825-A/2010. D.R. n.º 168, Suplemento, Série I de 2010-08-30 Terceira alteração à Portaria n.º 177/2006, de 22 de Fevereiro, que define as regras relativas às transferências definitivas de quantidades de referência (QR) e à constituição e atribuição da reserva nacional (RN) de QR, nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 240/2002, de 5 de Novembro, referente à aplicação do regime de imposição suplementar incidente sobre as quantidades de leite de vaca ou equivalente a leite de vaca

Portaria n.º 608/2010. D.R. n.º 149, Série I de 2010-08-03

Segunda alteração à Portaria n.º 177/2006, de 22 de Fevereiro, que define as regras relativas às transferências definitivas de quantidades de referência (QR) e à constituição e atribuição da reserva nacional (RN) de QR, nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 240/2002, de 5 de Novembro, referente à aplicação do regime de imposição suplementar incidente sobre as quantidades de leite de vaca ou equivalente a leite de vaca

MODULAÇÃO VOLUNTÁRIA

Despacho normativo n.º 20/2010. D.R. n.º 136, Série II de 2010-07-15 Revoga o artigo 2.º do despacho normativo n.º 26/2008, de 15 de Abril, determinando o cancelamento da aplicação da taxa de modulação voluntária dos pagamentos directos

PECUÁRIA

Decreto-Lei n.º 79/2010. D.B. n.º 122. Série L de 2010-06-25

Estabelece as regras mínimas para a protecção dos frangos para consumo humano e transpõe a Directiva 2007/43/CE, do Conselho, de 28 de Junho

Decreto-Lei n.º 78/2010, D.R. n.º 122, Série L de 2010-06-25

Modifica o processo de instalação, alteração e exercício de uma actividade pecuária, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro

PRODER

Portaria n.º 814/2010. D.R. n.º 167, Série I de 2010-08-27 Altera os Regulamentos de Aplicação das Medidas do PRODER

VITIVINICULTURA

Despacho n.º 14077/2010. D.R. n.º 175, Série II de 2010-09-08 Autoriza o enriquecimento dos mostos na campanha de 2010-2011

Despacho n.º 11536/2010. D.R. n.º 136, Série II de 2010-07-15 Alteração ao modelo de apoio à promoção do vinho e produtos vínicos no mercado interno

Portaria n.º 469/2010, D.R. n.º 130, Série I de 2010-07-07

Estabelece para a campanha de 2010-2011 normas especiais para as candidaturas ao regime da reestruturação das vinhas, constante da Portaria n.º 1144/2008, de 10 de Outubro, que tenham por objecto parcelas afectadas pelas intempéries ocorridas no Inverno de 2009-2010 na Região Demarcada do Douro

DIVERSOS

Despacho n.º 14643/2010. D.R. n.º 185, Série II de 2010-09-2: Apoio comunitário aos produtores de beterraba sacarina

Decreto-Lei n.º 101/2010. D.R. n.º 184, Série I de 2010-09-21

Estabelece uma designação para os sumos de frutos obtidos a partir de um produto concentrado e fixa os valores para a verificação da respectiva qualidade, transpõe a Directiva n.º 2009/106/CE, da Comissão, de 14 de Agosto, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 225/2003, de 24 de Setembro

Portaria n.º 840/2010, D.R. n.º 171, Série I de 2010-09-0

Regulamenta as formalidades e os procedimentos aplicáveis ao reconhecimento e ao controlo do acesso à taxa reduzida do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)

Portaria n.º 762/2010. D.R. n.º 162, Série I de 2010-08-20

Primeira alteração da Portaria n.º 117-A/2008, de 8 de Fevereiro, que regulamenta as formalidades e os procedimentos aplicáveis ao reconhecimento e controlo das isenções e das taxas reduzidas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)

Decreto-Lei n.º 87/2010. D.R. n.º 137, Série I de 2010-07-16

Estabelece as medidas de controlo fitossanitário a adoptar em relação aos nemátodos de quisto da batateira Globodera pallida (Stone) Behrens (populações europeias) e Globodera rostochiensis (Wolleneeber) Behrens (populações europeias), no sentido de evitar o seu aparecimento e, uma vez detectada a sua presença, localizá-los, conhecer a sua distribuição e combatê-los, evitando a sua dispersão, transpondo a Directiva n.º 2007/33/CE, do Conselho, de 11 de Junho

Decreto-Lei n.º 86/2010. D.R. n.º 136, Série I de 2010-07-15

Estabelece o regime de inspecção obrigatória dos equipamentos de aplicação de produtos fitofarmacêuticos autorizados para uso profissional, transpondo na parte relativa aos equipamentos de aplicação de produtos fitofarmacêuticos a Directiva n.º 2009/128/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro, que estabelece um quadro de acção a nível comunitário para uma utilização sustentável dos pesticidas

Declaração de rectificação n.º 1172/2010. D.R. n.º 117, Série II de 2010-06-18

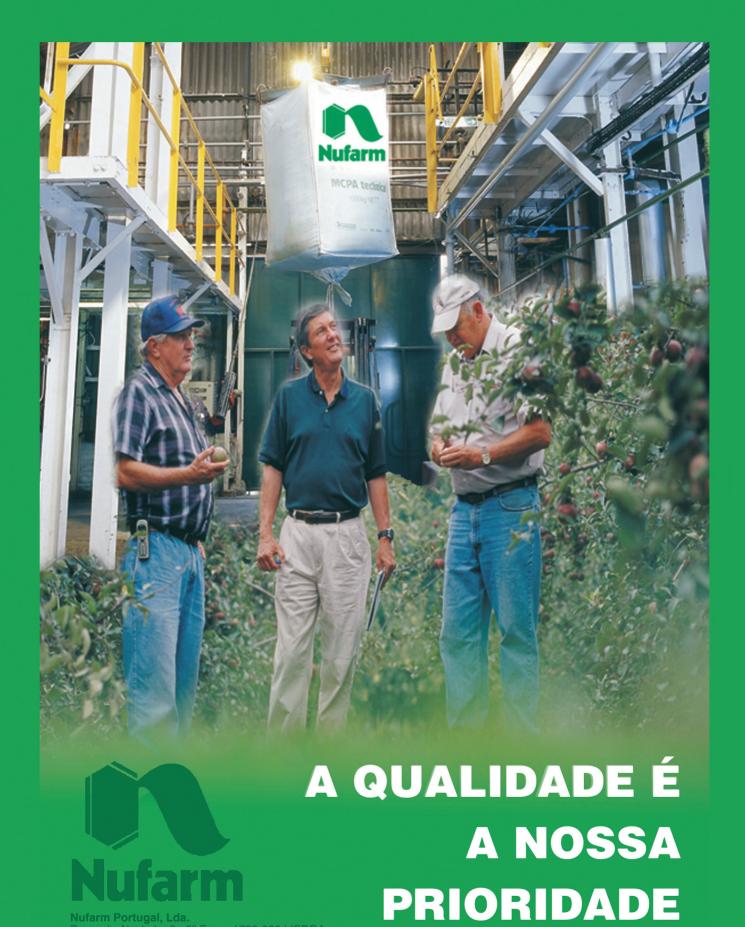
Rectificação do despacho normativo n.º 11/2010, de 13 de Abril

Decreto-Lei n.º 74/2010. D.R. n.º 118, Série I de 2010-06-2

Estabelece o regime geral dos géneros alimentícios destinados a alimentação especial, transpondo a Directiva 2009/39/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio

Decreto-Lei n.º 67/2010. D.R. n.º 113. Série I de 2010-06-14

Modifica os limites máximos aplicáveis ao arsénio, teobromina, Datura sp., Ricinus communis L., Croton tiglium L. e Abrus precatorius L. em alimentos para animais, altera o anexo I ao Decreto-Lei n.º 193/2007, de 14 de Maio, e transpõe a Directiva n.º 2009/141/CE, da Comissão, de 23 de Novembro



Nufarm Portugal, Lda. Praça de Alvalade, 6 - 5º Esq. - 1700-036 LISBOA Tel.: 217 998 440 - Fax: 217 942 069 www.nufarm.pt - E-mail: nufarm@pt.nufarm.com

Gabinetes de Apoio ao Jovem Agricultor

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal Rua D. Pedro V, 108 – 2º Andar, 1269-128 Lisboa Tel.: 213 244 970

Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho Rua do Convento, 21, 4485-662 Vairão (Vila do Conde) Tel.: 252 661 740

Associação Portuguesa de Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural Av. Batalhão de Caçadores Nove, № 265-269 Fracção F — Centro Esq., 4900-341 Viana do Castelo Tel.: 258 843 425

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Terras de Bouro Praça do Município, 4840-100 Terras de Bouro

Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho de Valongo Rua D. Pedro IV, Nº 615-625, Susão, 4440-633 Valongo Tel.: 224 219 160 / 224 220 089

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião Ed. Adega Coop., Quintela, 4640-272 Govê (Baião) Tel.: 255 552 945

Centro de Gestão Agrícola do Vale do Sousa Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 384, Ed. Lousator, Loja 1 – 1°, 4620-141 Lousada

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães Rua da Boavista, Quinta de Cima – Prazins, 4801-910 Guimarães Tel.: 253 473 411

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto Praça Albino Alves Pereira, 4890-225 Celorico de Basto Tel.: 255 320 480

Associação de Agricultores de Ribadouro Av. Gen. Vitorino Laranjeira, Ed. Golfinho, Lj S, S. Gonçalo, 4600-018 Amarante

Centro de Gestão Agrícola de Barcelos Rua Dr. José Ant.º Peixoto Machado, 400 BL. A, Loja 1, 4750-309 Barcelos Tel.: 253 824 543

Gabinete de Coordenação Regional de Trás-os-Montes Rua da Alegria, N° 39 - 2°, 5050-256 Peso da Régua Tel.: 254 322 502

Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria – Monteval Av. 22 de Maio, Lote 3, R/C, B.º Forte S. João de Deus, 5300-449 Bragança

Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070-045 Alijó Tel.: 259 950 532

Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo Av. do Brasil, N.º 8, 1º, 5335-102 Rebordelo Tel.: 278 369 348

Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro Av. do Sabor, 41, Lote 2, 5200-204 Mogadouro Tel.: 279 341 650

Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em Saldonha R. Fonte do Paço, Ed. Maria da Fonte – 2°, Esc. 2, 5340-268 Macedo de Cavaleiros Tel.: 278 425 756

Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em Alfândega da Fé Av. Sá Carneiro, 5350-005 Alfândega da Fé Tel.: 279 463 205

Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé Av. Eng.º Camilo Mendonça, N.º 287, 5350-001 Alfândega da Fé Tel.: 279 462 417

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alijó Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070-045 Alijó Tel.: 259 950 042

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar Praça da República, 18 – 1°, 5110-127 Armamar

Centro de Gestão de Agricultores da Beira Douro – Associação Rua Eng.º Joaquim Botelho Lucena, Ed. Vilalva, Loja EO, 5000-586 Vila Real Tel.: 259 372 893

Gabinete de Apoio Agrícola Rua do Tribunal, Lote 6, R/C Dto., 5340-198 Macedo de Cavaleiros Tel.: 278 425 582

Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente Av. Inf. D. Henrique, Ed. Translande 2°, Esc. 12, 5340-204 Macedo de Cavaleiros Tel.: 278 421 698

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Valpaços Largo da Feira, Ed. Sol Nascente, Loja 2, 5430 Valpaços Tel.: 278 711 421

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros Rua Fonte do Paço, Ed. Translande, R/C, Lj. 33, 5340-268 Macedo de Cavaleiros

Associação de Fruticultores da Beira Távora Central da Camionagem, 3620-308 Moimenta da Beira

Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em Vale de Cambra Av. Camilo Tavares de Matos, Galeria do Mercado, R/C – Fracção R, 3730-240 Vale de Cambra Tel.: 256 485 096

RACOOP – Cooperativa Agrícola de Rações Rua de Santo António, 425, 4760-485 Fradelos Tel.: 252 458 857

AJAMINHO Mercado Municipal, Loja 30, 4990-102 Ponte de Lima Tel.: 258 743 165

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Sendim Rua do Baiunco, N.º 6 – 2º, 5225-100 Sendim

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Barroso Junta de Freguesia de Ferral, 5470-122 Ferral

Cabinete de Coordenação Regional da Beira Interior Av. 25 de Abril, 151, 6440-111 Figueira de Castelo Rodrigo Tel.: 271 312 139

Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral Centro Comercial e Residencial da Curia, Bloco O, Escritório 54, 3781-541 Tâmengos Tel.: 231 525 315

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Castelo Branco Rotunda da Granja, Lote 161, R/C, 6000-762 Castelo Branco

Associação dos Jovens Agricultores do Interior Centro Av. Heróis de Castelo Rodrigo, Ed. do Ninho de Empresas, 6440-113 Figueira de Castelo Rodrigo Tel.: 271 313 250

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Nelas Av. da Liberdade, 3520-061 Nelas Tel.: 232 949 539

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Ansião Lugar de Lagoa Parada, 3240-673 Santiago da Guarda Tel.: 236 679 037

Cooperativa Agrícola da Beira Aguieira Ed. Centro de Inic. Empresariais, Pq. Ind. Manuel L. Ferreira, Lt. 12, 3450-232 Mortágua Tel.: 231 927 470

Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor de Anadia Rua da Gatanha, Monsarros, 3780-563 Vila Nova de Monsarros

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Pinhel Rua Carreira de Tiro, 6400-338 Pinhel

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ferreira do Zêzere Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere Rua João da Costa, 31, 2240-356 Ferreira do Zêzere

LISBOA E VALE DO TEJO

Gab. de Coordenação Regional do Ribatejo e Oeste Largo Padre Francisco Nunes da Silva, № 3, R/C, 2000-134 Santarém Tel.: 243 371 222

Cooperativa Agrícola da Serra d'El Rei Rua 4 de Agosto, N° 50, 2525-814 Serra d'El Rei Tel.: 262 909 426

Balcão Rural de Abrantes Rua D. Lopo de Almeida, Lote 81, R/C Dto., 2200-281 Abrantes Tel: 241 366 806

Balcão Rural de Foros de Salvaterra Estrada Nacional № 114 - 3, № 918 - B, 2120-209 Foros de Salvaterra Tel.: 263 501 500

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Chamusca Rua do Tejo, Zona de Actividades Económicas, Lote 1 — Fracção B 2140-011 Chamusca

Rabinete de Coordenação Regional do Alentejo Bairro Novo da Bica, Edif. da Pré-Primária, 7940-104 Cuba Tel.: 284 414 140

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Mértola Casal Ventoso, Lote I-9, 7750 Mértola Tel.: 286 612 057

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel Rua da Amêndoa, № 13, 7470-230 Sousel Tel.: 268 551 458

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Borba Rua Convento das Servas, 7150-164 Borba Tel.: 268 841 547

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia Horta do Belhó, 7350-903 Elvas Tel.: 268 626 668

TAIPA – Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, CRL Travessa do Botequim, N $^\circ$ 6, 7631-909 Odemira Tel.: 283 320 020

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Ferreira do Alentejo Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral 7900-562 Ferreira do Alentejo

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alvito Largo do Relógio, 25, 7920-022 Alvito

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alandroal Rua de Santo António, N.º 54 7250-126 Alandroal

Gabinete de Coordenação Regional do Algarve Antiga Escola da Sambada, Sítio de Lagos e Relvas, 8005-496 Estoi

FRUSOAL – Frutas Sotavento Algarve Sítio das Cevadeiras, EN 125, 8900-907 Vila Nova de Cacela Tel.: 281 950 400